

Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controladas

Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas para o
Trimestre Findo em 30 de Junho de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
Corredor Logística e Infraestrutura S.A. e Controladas

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de agosto de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL INTERMEDIÁRIO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022

(em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022			30/06/2023	31/12/2022		
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	152.472	135.534	616.026	563.847	Fornecedores	13.1	3.980	4.547	17.779	24.533
Contas a receber	4	4.216	13.291	68.921	36.071	Debêntures	17	18.567	12.162	108.691	35.612
Estoques	5	2.893	1.782	16.998	16.704	Obrigações trabalhistas	15	6.012	4.639	21.882	23.710
Tributos a recuperar	7	7.037	9.277	9.154	11.546	Obrigações tributárias	15	1.234	1.076	15.235	50.659
Partes relacionadas	6	1.017	1.266	12.796	12.723	Passivo de arrendamento	14	12.608	11.275	29.273	27.463
Dividendos a receber		3.660	-	-	-	Partes relacionadas	6	-	-	160.220	14.340
Outros créditos		1.224	2.697	10.665	6.828	Outras contas a pagar	13.2	7.669	11.299	51.302	48.947
Total do Ativo Circulante		172.519	163.847	734.560	647.719	Total do Passivo Circulante		50.070	44.998	404.382	225.264
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	1.949	1.960	1.949	1.960	Debêntures	17	408.006	407.475	1.189.517	1.188.270
Imposto de renda diferido ativo	16	7.481	6.434	24.444	21.749	Ações preferenciais resgatáveis e conversíveis	19	557.075	505.782	557.075	505.782
Ativo indenizatório	2.7	-	-	30.968	41.171	Passivo de arrendamento	14	81.993	78.163	174.019	166.397
Depósitos judiciais	18	-	-	1.888	375	Partes relacionadas	6	-	-	-	123.693
Propriedades para investimentos	8	972	972	972	972	Provisão para riscos	18	-	-	32.013	44.665
Investimentos	9	769.605	815.472	62	62	Impostos diferidos	16	-	-	-	3.580
Imobilizado	11	2.442	1.535	77.353	65.162	Outras contas a pagar	13.2	12.482	13.826	12.482	13.826
Direito de uso	10	74.151	72.068	160.859	156.309	Total do Passivo Não Circulante		1.059.556	1.005.246	1.965.106	2.046.213
Intangível	12	689.512	710.367	2.312.117	2.406.135	Total do Passivo Circulante e Não Circulante		1.109.626	1.050.244	2.369.488	2.271.477
Total do ativo não circulante		1.546.112	1.608.808	2.610.612	2.693.895	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20				
						Capital social		210.822	210.822	210.822	210.822
						Reservas de capital		473.031	473.031	473.031	473.031
						Reservas de lucros		6.911	6.911	6.911	6.911
						Ajuste acumulado de conversão		100.445	100.445	100.445	100.445
						Prejuízo acumulado		(182.204)	(68.798)	(182.204)	(68.798)
								609.005	722.411	609.005	722.411
						Participação de não Controladores		-	-	366.679	347.726
						Total do Patrimônio Líquido		609.005	722.411	975.684	1.070.137
TOTAL ATIVO		1.718.631	1.772.655	3.345.172	3.341.614	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		1.718.631	1.772.655	3.345.172	3.341.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023
(em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado	
		01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	23	64.309	91.557	71.036	87.367	246.988	395.063
Custo dos serviços prestados	24	(23.072)	(42.027)	(26.809)	(43.054)	(94.184)	(176.578)
LUCRO BRUTO		41.237	49.530	44.227	44.313	152.804	218.485
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Despesas gerais e administrativas	24	(10.877)	(30.388)	(9.251)	(14.142)	(18.172)	(41.932)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(13.200)	(42.207)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	51	(939)	31	252	(42.251)	(80.503)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		17.211	(24.004)	35.007	30.423	92.381	96.050
RECEITAS FINANCEIRAS	26	3.543	7.475	235	343	16.741	34.595
Despesas Financeiras	26	(46.377)	(96.772)	(17.053)	(32.643)	(84.263)	(178.715)
Variações cambiais, líquidas	26	(926)	(1.152)	(20.185)	16.097	(2.551)	(3.377)
Resultado financeiro líquido		(43.760)	(90.449)	(37.003)	(16.203)	(70.073)	(147.497)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(26.549)	(114.453)	(1.996)	14.220	22.308	(51.447)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	-	(5.650)	(5.650)	(33.365)	(49.281)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	750	1.047	357	715	(2.072)	6.275
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(25.799)	(113.406)	(7.289)	9.285	(13.129)	(94.453)
Atribuível a :							
Acionistas da Companhia		(25.799)	(113.406)	(7.289)	9.285	(25.799)	(113.406)
Participação de não controladores		-	-	-	-	12.670	18.953
Lucro (Prejuízo) básico por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,1042)	(0,4579)	(0,0589)	0,0750	-	-
Lucro (Prejuízo) básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,0985)	(0,4331)	(0,0589)	0,0750	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023
(em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado	
		01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
		LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(25.799)	(113.406)	(7.289)	9.285	(13.129)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	
LUCROS (PREJUÍZO) ABRANGENTE DO PERÍODO	(25.799)	(113.406)	(7.289)	9.285	(13.129)	(94.453)	
ATRIBUÍVEL À							
Participação dos acionistas da controladora	(25.799)	(113.406)	(7.289)	9.285	(25.799)	(113.406)	
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	12.670	18.953	
Lucro (Prejuízo) básico por ação (expresso em R\$ por ação)	21	(0,1042)	(0,4579)	(0,0589)	0,0750	-	
Lucro (Prejuízo) básico diluído por ação (expresso em R\$ por ação)		(0,0985)	(0,4331)	(0,0589)	0,0750	-	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores							Participação dos acionistas não controladores	Total	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de fiscais	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	210.822	(84.104)	1.008	1.579	6.911	100.445	(71.620)	165.041	-	165.041
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	9.285	9.285	-	9.285
EM 30 DE JUNHO DE 2022	210.822	(84.104)	1.008	1.579	6.911	100.445	(62.335)	174.326	-	174.326
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>210.822</u>	<u>473.031</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.911</u>	<u>100.445</u>	<u>(68.798)</u>	<u>722.411</u>	<u>347.726</u>	<u>1.070.137</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(113.406)	(113.406)	18.953	(94.453)
EM 30 DE JUNHO DE 2023	<u>210.822</u>	<u>473.031</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.911</u>	<u>100.445</u>	<u>(182.204)</u>	<u>609.005</u>	<u>366.679</u>	<u>975.684</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO FLUXO DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023
(em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2023 a 30/06/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) do período		(113.406)	9.285	(94.453)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	24 e 25	25.073	24.138	105.808
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	16	(1.047)	4.935	43.006
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	26	91.886	26.873	166.529
Apropriação custo de transação debentures e empréstimos		-	859	-
Provisão para riscos, líquido	18	-	-	(9.249)
Resultado de equivalência patrimonial	9	42.207	-	-
Atualização de saldo a pagar em combinação de negócios		-	-	15.904
Provisão para perdas de crédito esperadas	4	-	(58)	5
Outros		-	(8.992)	-
		<u>44.713</u>	<u>57.040</u>	<u>227.550</u>
Redução/(aumento) em ativos:				
Contas a receber de clientes		9.075	(15.078)	(32.855)
Estoques		(1.111)	(196)	(294)
Impostos a recuperar		2.240	(634)	2.392
Partes relacionadas		260	(96)	(1.079)
Outros ativos circulantes e não circulantes		1.473	(496)	4.853
		-	-	-
Aumento/(redução) em passivos:				
Fornecedores		(567)	8.019	(6.754)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		1.531	3.031	3.163
Partes relacionadas		-	-	7.300
Outros passivos circulantes e não circulantes		(4.974)	(804)	(2.395)
		-	-	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>52.640</u>	<u>50.786</u>	<u>201.881</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.263)	(89.695)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>52.640</u>	<u>49.523</u>	<u>112.186</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições no ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(2.396)	(607)	(17.887)
Aumento de capital em investidas		-	(49)	-
		-	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(2.396)</u>	<u>(656)</u>	<u>(17.887)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Amortização de empréstimos		-	(18.727)	-
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	14	(897)	(8.831)	(2.458)
Juros pagos de passivo de arrendamento	14	(4.171)	-	(11.424)
Pagamento de juros sobre debentures	17	(28.238)	(33.567)	(28.238)
		-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO / APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>(33.306)</u>	<u>(61.125)</u>	<u>(42.120)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		16.938	(12.258)	52.179
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		135.534	37.311	563.847
		152.472	25.053	616.026
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>16.938</u>	<u>(12.258)</u>	<u>52.179</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023
(em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		01/01/2023 a 30/06/2023	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2023 a 30/06/2023
RECEITAS		97.001	92.999	424.663
Vendas de produtos e serviços	23	97.001	92.829	424.658
Outras receitas operacionais		-	24	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões		-	146	5
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		27.839	18.457	69.576
CUSTOS DAS MERCADORIAS REVENDIDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		8.544	10.635	38.768
Materiais, energia, serviços de terceiros		19.295	7.822	30.808
VALOR ADICIONADO BRUTO		69.162	74.542	355.087
Depreciações e amortizações	24	25.073	24.138	105.808
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		44.089	50.404	249.279
Valor adicionado recebido em transferência		(34.960)	16.440	34.900
Resultado de equivalência patrimonial		(42.207)	-	-
Receitas financeiras		7.247	16.440	34.900
Outros		-	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		9.129	66.844	284.179
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		9.129	66.844	284.179
Pessoal		12.565	7.880	52.063
Remuneração direta		9.165	5.091	36.144
Benefícios		3.124	2.631	13.775
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS		276	158	2.144
Impostos, taxas e contribuições		6.626	12.058	78.447
Federais		2.766	8.480	60.795
Estaduais		9	19	48
Municipais		3.851	3.559	17.604
Remuneração de capitais de terceiros		103.344	37.621	248.122
Despesas financeiras		97.356	32.618	182.056
Aluguéis		5.049	4.804	5.049
Outros		939	199	61.017
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		(113.406)	9.285	(94.453)
Lucros (prejuízo) retidos no período		(113.406)	9.285	(113.406)
Participação dos acionista não controladores		-	-	18.953

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

CORREDOR LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “CLI”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 21 de outubro de 2011.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a exploração de serviços auxiliares aos transportes aquaviários; serviços auxiliares ao transporte rodoviário de cargas em geral; serviços auxiliares ao transporte de carga em geral (logística de transporte ou agente de transportadoras); agenciamento marítimo e operador portuário; serviços de depósito; logística de depósito; consultoria de transportes em geral; polo de transbordo rodoviário e ferroviário; armazenamento de cereais e correlatos e serviços correlatos.

Concessão do Terminal de Grãos do Maranhão

A Companhia possui 25% de participação do Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”), que tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012, tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de arrendamento conforme Concorrência Pública nº 01/11 - EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas, conforme previsto em Edital de Licitação.

O Consórcio não possui personalidade jurídica e não deverá constituir personalidade jurídica distinta das consorciadas. O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de arrendamento dos lotes, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, de acordo com o Edital de Licitação.

Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Parte do Consórcio no Porto de Itaqui, no Maranhão, a CLI opera um dos maiores terminais de grãos do país. Sendo o único operador independente sem nenhum vínculo com qualquer trading ou operador rodo ou ferroviário no Porto de Itaqui.

Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

A Companhia, através de sua controlada indireta EPSA, detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, cuja abrangência e término encerra-se em março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities e oferece uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A EPSA está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12– Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido e;
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União.

1.2. Reestruturação societária

Em novembro de 2022, a CLI realizou uma reestruturação societária (maiores detalhes vide nota explicativa 20), alterando a participação de seus controladores da seguinte forma:

- Os fundos de investimento PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior e SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia passaram a deter 50% das ações da CLI; O novo acionista, Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, passou a deter 50% das ações da CLI.

CLI SUL S.A. (“CLI Sul”) e Aquisição da EPSA

Durante o exercício de 2021 a CLI Sul era uma empresa dormente que não era controlada pela Companhia. Em julho de 2022 foi adquirida pela Companhia por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da EPSA, de acordo com a estratégia de negócios da Companhia.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia, através de sua controlada CLI SUL, celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na empresa EPSA (ações ordinárias com direito a voto), entidade anteriormente controlada pela Rumo S.A., que operava e controlava os terminais T16 e T19 no Porto de Santos. Em novembro de 2022 foi concluída a operação e a partir dessa data o controle acionário passou a ser detido, indiretamente, pela CLI. A EPSA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Guilherme Weinschenck, 886 na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

1.3. Outros Assuntos

Conflito entre Rússia e Ucrânia

Contexto Geral

A invasão da Ucrânia pelas forças russas, em 24 de fevereiro de 2022, constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das Companhias em geral.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de commodities e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Algumas sanções foram impostas contra a Rússia por países que não concordam com os termos relatados para tal invasão. As consequências para a Rússia e os demais países são imediatamente aparentes, mas a longo prazo haverá também consequências significativas para a economia global. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos. Tais riscos afetam direta ou indiretamente a economia global (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional etc.), sujeita a impactos financeiros, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

Impactos na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 30 de junho de 2023. A Companhia monitora constantemente os possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- Fertilizantes: Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.
- Commodities: No ano de 2022 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e sua controlada. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e sua subsidiária. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o “impairment” de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa (“UGC”) foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de “impairment”. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 “Interim Financial Reporting” emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa 2.5 para maiores detalhes.

2.3. Bases de Consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia adquiriu a CLI Sul durante o exercício de 2022. A CLI Sul, por sua vez, conclui a aquisição da EPSA em novembro de 2022 (nota 2.6). Sendo assim, não estão sendo apresentados saldos consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, e a comparabilidade ficou sem efeito.

b) Investimento em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas informações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

Abaixo é apresentada a relação de controladas diretas e indiretas da Companhia, bem como os investimentos controlados em conjunto, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Participação direta:		
CLI SUL S.A.	100%	100%
Participação indireta:		
Elevações Portuárias S.A.	80%	80%
Participação em coligadas:		
Tegram Operações Portuárias S.A. ("TOP S.A.")	25%	25%

c) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 (equivalente à IFRS 9) na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

d) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(i) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(ii) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

(iv) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais que são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para “demurrage”, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e suas controladas:

- Provisão para “demurrage”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.

- Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.
- “Laytime” (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao “laytime” (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

(v) Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

(vi) Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6, os ativos e passivos assumidos por meio de combinação de negócios são avaliados ao valor justo. A determinação dos valores justos desses ativos e passivos podem se basear em dados não observáveis, caso os dados observáveis de mercado não estejam disponíveis, de modo que pode ser exigidos julgamentos e estimativas por parte da Administração da Companhia.

(vii) Passivos de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);

2.6. Combinação de negócios

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia, por intermédio da controlada CLI Sul, concluiu a operação de aquisição de 80% das ações ordinárias e com direito a voto da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”). O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago conforme demonstrado abaixo.

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida estimada na data da transação:

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (nota 6)	123.693
Contraprestação estimada a ser transferida	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

A CLI Sul não concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está apresentando nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas uma alocação provisória com base em suas melhores estimativas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Essa contabilização inicial considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração da Companhia durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1) (IFRS 3).

Com relação à aquisição da EPSA, a data base de 14 de novembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

Total da contraprestação (I)	1.524.093
(-) Valor justo dos ativos adquiridos	<u>2.188.882</u>
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	<u>280.611</u>
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores (III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	<u>(42.691)</u>
	<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6) (IV)	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (provisório) (I-II+III+IV)	(10.530)

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.
- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA ("closing"). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458. Em 30 de junho de 2023, o montante registrado no consolidado é de R\$30.968 (R\$41.171 em 31 de dezembro de 2022), sendo que a flutuação é decorrente das movimentações dos passivos contingentes respectivos.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de dezembro de 2022, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

2.7. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.7.1. IFRSs novas e revisadas, vigentes para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2023:

- i) IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação

Com relação a alteração na IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou e não identificou impactos no resultado do exercício ou nos lucros / prejuízos acumulados divulgado pela Companhia.

Em 30 de junho de 2023 não havia montante reconhecido pela Companhia.

ii) Outras

Com relação as demais alterações relacionadas abaixo, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia avaliou e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

- Contratos de seguros IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021).
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Alterações à IAS 8/CPC 23, definição de estimativas contábeis.
- Apresentação das demonstrações financeiras Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	15.540	21.052	41.617	39.565
Aplicações financeiras	<u>136.932</u>	<u>114.482</u>	<u>574.409</u>	<u>524.282</u>
Total	<u>152.472</u>	<u>135.534</u>	<u>616.026</u>	<u>563.847</u>

Em 30 de junho de 2023, os saldos de conta corrente são representados por moeda nacional e estrangeira, os saldos referentes a moeda estrangeira são de R\$13.253 na controladora (R\$8.559 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado de R\$39.296 (R\$11.127 em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações em bancos:				
Certificado de depósitos bancários – CDB	131.569	95.843	569.047	434.569
Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾	<u>5.362</u>	<u>18.639</u>	<u>5.362</u>	<u>89.713</u>
	<u>136.932</u>	<u>114.482</u>	<u>574.409</u>	<u>524.282</u>

(i) Trata-se de operações de curto prazo lastreadas em títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras se referem principalmente a investimentos em CDB, com taxa média da remuneração de aproximadamente 102% do CDI em 30 de junho de 2023 (100% em 31 de dezembro de 2022).

4. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes estrangeiros	3.679	6.400	49.070	19.766
Clientes nacionais	311	6.366	19.630	15.782
Clientes Consórcio Tegram	226	525	226	523
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(5)	-
Total	<u>4.216</u>	<u>13.291</u>	<u>68.921</u>	<u>36.071</u>

A Companhia aplica a abordagem do IFRS9/CPC 48 para mensurar as perdas de créditos esperadas. A movimentação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial do Período	-	(948)	-	(948)
(Adição) Reversão	-	948	(5)	948
Saldo Final do Período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a companhia não possui um histórico significativo de inadimplência. Valores apresentados na provisão para perdas de crédito são referentes a processos administrativos por cancelamentos de notas fiscais em órgãos públicos.

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos a vencer	4.136	6.039	56.983	24.836
Créditos vencidos até 60 dias	-	7.252	8.957	9.607
Créditos vencidos de 61 a 180 dias	80	-	1.353	1.628
Créditos vencidos acima de 180 dias	-	-	1.628	-
Total	<u>4.216</u>	<u>13.291</u>	<u>68.921</u>	<u>36.071</u>

5. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Peças e acessórios	2.893	1.782	15.183	14.552
Combustíveis e lubrificantes	-	-	322	344
Almoxarifado e outros	-	-	1.493	1.808
Total	<u>2.893</u>	<u>1.782</u>	<u>16.998</u>	<u>16.704</u>

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$3.158 em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para realização dos estoques referente aos seis meses findo em 30 de junho de 2023 é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(3.158)	-
Saldo oriundo de combinação de negócios de investida	-	(3.158)
Saldo final	<u>(3.158)</u>	<u>(3.158)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

A seguir apresentamos os saldos existentes com partes relacionadas não controladas e não consolidadas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes:				
Elevações Portuárias S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	1.017	1.266	-	-
Rumo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	12.796	12.723
Total ativo circulante	<u>1.017</u>	<u>1.266</u>	<u>12.796</u>	<u>12.723</u>
Ativo não circulante:				
Contas a receber de clientes:				
Consórcio Tegram-Itaqui ^(iv)	1.949	1.960	1.949	1.960
Total ativo não circulante	<u>1.949</u>	<u>1.960</u>	<u>1.949</u>	<u>1.960</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores:				
Rumo S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	8.705	14.340
Raízen Energia S.A. e controladas ^(v)	-	-	11.918	-
Rumo S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	139.597	-
Total Passivo circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>160.220</u>	<u>14.340</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo não circulante:				
Fornecedores:				
Rumo S.A. ⁽ⁱ⁾	-	-	-	123.693
Total Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123.693</u>

- (i) Os antigos controladores da EPSA terão direito ao recebimento de um valor adicional de acordo com a performance futura do negócio e está condicionado a realização de incorporação societária no prazo de 18 meses. O valor atualizado da contraprestação contingente em 30 de junho de 2023 é de R\$139.597 (R\$123.693 em 31 de dezembro de 2022). Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação. A Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) Combinação de negócios (IFRS 3), como contraprestação contingente pelo seu valor justo na data da aquisição o montante de R\$123.693, reconhecida como parte da combinação de negócios.
- (ii) O saldo de contas a receber, no ativo circulante e não circulante, são rateios de despesas administrativas entre as Companhias com preços e condições determinados entre as partes.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo Raízen.
- (iv) Trata-se de antecipação de valores para pagamento das despesas do Consórcio.
- (v) Saldo de contas a receber e a pagar no circulante referente a renegociação entre as partes.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, que poderiam ser diferentes se fossem negociadas com terceiros. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita operacional líquida		
Raízen Energia S.A. e controladas ⁽ⁱ⁾	-	43.776
Rumo S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	13.035
Outros	-	3.158
	<u>-</u>	<u>59.969</u>
Compras de produtos / insumos		
Logisport Armazéns Gerais S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	(5.951)
Rumo S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(1.438)
Outros	-	(518)
	<u>-</u>	<u>(7.907)</u>

	<u>Controladora</u> <u>30/06/2023</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2023</u>
Receita compartilhada ^(iv)		
Elevações Portuárias S.A.	3.779	-
	<u>3.779</u>	<u>-</u>

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 30 de junho de 2023 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado. (empresas grupo Rumo).
- (ii) A prestação de serviços no exercício findo em 30 de junho de 2023 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).
- (iii) A prestação de serviço no exercício findo em 30 de junho de 2023 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (empresas grupo Rumo).
- (iv) Referem-se à rateios corporativos relacionados principalmente a despesas de pessoal.

b) Remuneração da Administração

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Salários e bônus	3.313	1.133	3.313	1.133
Total	<u>3.313</u>	<u>1.133</u>	<u>3.313</u>	<u>1.133</u>

Pagamentos baseados em ações

A CLI oferece incentivos de longo prazo para altos executivos responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo.

Aprovação do Plano de Pagamentos Baseado em Ações

Em 29 de setembro de 2022 a Companhia aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Plano”) da Companhia limitado a 5% do número de ações da Companhia. O plano deu direito aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, as opções podem ser exercidas pelo valor justo das ações na data da outorga, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O Conselho de Administração será o responsável pela administração do Plano.

O plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de compra de ações aos diretores estatutários da Companhia, devidamente discutidos e selecionados previamente pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair, motivar e manter vinculados à Companhia executivos de alta performance e estratégicos para o desenvolvimento do seu objeto social; (ii) alinhar os interesses dos diretores estatutários com os dos acionistas da Companhia, incentivando o comprometimento, o engajamento e o senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos traçados pela Companhia; e (iv) Oferecer aos diretores estatutários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia.

A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. O Exercício da Opção de Compra pelo Participante não está sujeito ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia, sendo que a condição de aquisição (“vesting”) é de 20% por ano sobre a quantidade de opções recebidas na data da outorga; e a condição de exercício pela ocorrência de um Evento de Liquidez.

Os eventos de liquidez que impactam o exercício da opção de ações estão descritos a seguir:

1. consumação de uma oferta pública secundária de ações da Companhia ou alienação, direta ou indireta, de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) da sua participação acionária dos acionistas atuais.
2. realização de uma transação primária e/ou secundária, pública ou privada, por meio da qual os Acionistas Originais da Companhia reduzam a sua participação em 40% (quarenta por cento) ou mais da sua participação.
3. alienação, direta ou indireta, pelos Acionistas do controle societário da Companhia desde que haja troca efetiva do controle indireto.

No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, as opções de compra que não tenham sido adquiridas até a data de desligamento, observados os períodos de exercício da opção, serão automaticamente extintas.

Até 30 de junho de 2023 foram outorgadas 2.971.824 opções de compra de ações cujo valor justo na data da outorga é de R\$4,22 por opção, sendo que em 30 de junho de 2023 não há opções de compra de ações vestidas ou extintas.

A despesa é registrada da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

O valor justo do pagamento baseado em ações foi preparado com base em uma abordagem de mercado e está baseado em uma transação de compra e venda das ações da Companhia em termos de mercado.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
PIS	372	353	372	353
COFINS	1.563	1.547	1.563	1.547
IRPJ/CSLL	4.995	7.256	6.715	7.525
Outros	107	121	504	2.121
Total	<u>7.037</u>	<u>9.277</u>	<u>9.154</u>	<u>11.546</u>

8. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

O valor da propriedade para investimento no montante de R\$972 em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, refere-se a um terreno, transferido a valor de custo do ativo imobilizado, e mantido para fins de renda e valorização em 2020. O valor justo da propriedade em 30 de junho de 2023 é de R\$949 (R\$994 em 31 de dezembro de 2022).

9. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos

Nome da controlada	TOP S.A.	
Tipo de investimento	Investimento em Coligada	
% Participação	25%	
	30/06/2023	31/12/2022
Total do ativo	1.913	2.012
Total do passivo	1.663	1.762
Patrimônio líquido	250	250
Valor do investimento	62	62
Nome da controlada	CLI Sul S.A.	
Tipo de investimento	Investimentos em controlada direta	
Número de ações		800.000.500
Tipo de ações		Ordinárias
% Participação		100%
	30/06/2023	31/12/2022
Total do ativo	1.784.589	1.752.514
Total do passivo	1.015.046	940.764
Patrimônio líquido	769.543	811.750
Lucro (prejuízo) do período	(42.207)	15.409
Valor do investimento	769.543	815.409
Nome da controlada	EPSA	
Controladora	CLI Sul S.A.	
Tipo de investimento	Investimentos em controlada indireta	
Número de ações		672.397.257
Tipo de ações		Ordinárias
% Participação		80%
	30/06/2023	31/12/2022(i)
Total do ativo	2.182.497	2.187.899
Total do passivo	249.493	284.129
Patrimônio líquido	1.933.004	1.876.233
Lucro(prejuízo) do período	94.766	43.819
Valor do investimento	1.566.325	1.528.507

(i) O lucro da controlada refere-se ao período após a obtenção do controle em 14 de novembro de 2022.

b) Movimentação dos saldos

	TOP S.A.	CLI SUL	Total de investimentos Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13	1	14
Aporte de capital	49	800.000	800.049
Equivalência patrimonial	-	15.409	15.409
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62	815.410	815.472
Equivalência patrimonial	-	(42.207)	(42.207)
Distribuição de dividendos	-	(3.660)	(3.660)
Saldo em 30 de junho de 2023	62	769.543	769.605

10. DIREITO DE USO

a) Controladora

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2021	Remensurações	Depreciação	Saldo contábil 31/12/2022
Concessão - Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	15	68.657	8.532	(5.121)	72.068
Total		68.657	8.532	(5.121)	72.068
	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2022	Remensurações	Depreciação	Saldo contábil 30/06/2023
Concessão - Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	15	72.068	4.812	(2.729)	74.151
Total		72.068	4.812	(2.729)	74.151

b) Consolidado

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2021	Saldo oriundo da combinação de negócios	Remensurações	Depreciação	Saldo contábil 31/12/2022
Concessão - Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	15	68.657	-	8.532	(5.121)	72.068
Concessão - Elevações Portuárias S.A.	14	-	84.771	-	(530)	84.241
Total		68.657	84.771	8.532	(5.651)	156.309
	Vida útil em anos	Saldo contábil 31/12/2022	Remensurações	Depreciação	Saldo contábil 30/06/2023	
Concessão - Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	15	72.068	4.812	(2.729)	74.151	
Concessão - Elevações Portuárias S.A.	14	84.241	5.830	(3.363)	86.708	
Total		156.309	10.642	(6.092)	160.859	

11. IMOBILIZADO

Controladora

	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2023	31/12/2022
Móveis e utensílios	308	(83)	225	240
Computadores e periféricos	1.397	(942)	454	384
Máquinas, equipamentos e instalações	2.085	(322)	1.763	911
Total	<u>3.790</u>	<u>(1.347)</u>	<u>2.442</u>	<u>1.535</u>

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	242	436	529	1.207
Aquisições	17	51	484	552
Depreciação no exercício	(19)	(103)	(102)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	240	384	911	1.535
Aquisições	-	120	992	1.112
Depreciação	(15)	(50)	(140)	(205)
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>225</u>	<u>454</u>	<u>1.763</u>	<u>2.442</u>

Consolidado

	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2023	31/12/2022
Terrenos, edifícios e benfeitorias	21.481	(2.692)	18.789	18.598
Móveis e utensílios	2.860	(275)	2.586	1.109
Computadores e periféricos	1.397	(942)	454	384
Obras em andamento	40.055	-	40.055	27.026
Máquinas, equipamentos e instalações	19.736	(4.267)	15.469	18.045
Total	<u>85.529</u>	<u>(8.175)</u>	<u>77.353</u>	<u>65.162</u>

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Máquinas, equipamentos e instalações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	242	436	-	529	1.207
Adições	-	17	52	2.313	484	2.866
Saldos oriundos de combinação de negócio	20.675	896	-	24.713	17.650	63.934
Depreciação no exercício	(2.077)	(47)	(103)	-	(618)	(2.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>18.598</u>	<u>1.109</u>	<u>385</u>	<u>27.026</u>	<u>18.045</u>	<u>65.162</u>
Adições	-	-	120	15.491	993	16.604
Depreciação	(615)	(179)	(50)	-	(3.569)	(4.413)
Transferências	806	1.656	-	(2.462)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>18.789</u>	<u>2.586</u>	<u>454</u>	<u>40.055</u>	<u>15.469</u>	<u>77.353</u>

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 não há bens dados em garantia.

Em 30 de junho de 2023 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

A Controladoria registrou no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023 amortização de mais valia do imobilizado no montante de R\$1.094 resultante da combinação de negócios.

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	<u>Vida útil - 2022 e 2023</u>
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Computadores e periféricos	1 - 5 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Instalações	30 anos

12. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Licença de operação	-	-	150.513	156.432
Direito de uso de outorga	19.172	19.832	19.172	19.832
Bens de concessão	221.397	225.558	719.337	743.637
Mais Valia - Contrato de Concessão	448.943	464.977	1.423.095	1.486.234
	<u>689.512</u>	<u>710.367</u>	<u>2.312.117</u>	<u>2.406.135</u>

a) Controladora

	<u>Direitos de Uso Outorga</u>	<u>Mais Valia</u>	<u>Bens de concessão</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.155	497.044	232.132	750.331
Adições	-	-	1.573	1.573
Amortização no exercício	(1.323)	(32.067)	(9.159)	(42.549)
Obras em Andamento	-	-	1.012	1.012
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>19.832</u>	<u>464.977</u>	<u>225.558</u>	<u>710.367</u>
Adições	-	-	548	548
Amortização no período	(660)	(16.034)	(5.445)	(22.139)
Obras em Andamento	-	-	736	736
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>19.172</u>	<u>448.943</u>	<u>221.397</u>	<u>689.512</u>

b) Consolidado

	<u>Licença de operação</u>	<u>Direitos de Uso Outorga</u>	<u>Mais Valia</u>	<u>Bens de concessão</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	21.155	497.045	232.131	750.331
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	157.415	-	1.027.172	519.712	1.704.299
Adições	-	-	-	1.573	1.573
Amortização no exercício	(983)	(1.323)	(37.983)	(10.791)	(51.080)
Obras em andamento	-	-	-	1.012	1.012
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>156.432</u>	<u>19.832</u>	<u>1.486.234</u>	<u>743.637</u>	<u>2.406.135</u>
Adições	-	-	-	548	548
Amortização no período	(5.919)	(660)	(63.139)	(25.585)	(95.303)
Obras em andamento	-	-	-	737	737
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>150.513</u>	<u>19.172</u>	<u>1.423.095</u>	<u>719.337</u>	<u>2.312.117</u>

Direito de uso outorga

Refere-se ao lance inicial do contrato de concessão da Companhia no Tegram-Itaqui.

Mais Valia*Controladora*

- Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da Companhia pela Nova CLI, tal montante será amortizado em 198 parcelas até 2037 (em 30 de junho de 2023 restam 193 parcelas) de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela CLI.

Consolidado

- Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da Companhia pela CLI SUL, tal montante será amortizado em 159 parcelas até 2036 (em 30 de junho de 2023 restam 153 parcelas) de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA.
- Os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

<u>Ativo intangível (exceto ágio)</u>	<u>Taxa anual de Amortização - % (Consolidado)</u>
Licença de operação (CLI S.A. - Tegram) e bens de concessão	4,38%
Licença de operação (EPSA) e bens de concessão	3,70%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Em 30 de junho de 2023 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio e concluiu que não há nenhum indicativo que leve à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

13.1. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	3.500	4.547	17.297	22.411
Outros	480	-	482	2.121
Total fornecedores	<u>3.980</u>	<u>4.547</u>	<u>17.779</u>	<u>24.532</u>

13.2. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Assunção de dívida (a)	16.018	22.063	16.018	22.063
Provisão de "demurrage"	-	-	25.012	27.364
Provisão de estadia	-	-	2.678	2.497
Adiantamento de clientes	49	-	12.119	3.615
Outros valores a pagar	4.084	3.062	7.957	7.234
Total Outras contas a pagar	<u>20.151</u>	<u>25.125</u>	<u>63.784</u>	<u>62.773</u>
Circulante	7.669	11.299	51.302	48.947
Não circulante	12.482	13.826	12.482	13.826

(a) Assunção de dívidas

Em 23 de Dezembro de 2020 a Companhia teve seu controle societário alterado, deixando de fazer parte do Grupo Cantagalo e passando a ser uma das investidas de veículos geridos pela IG4 Capital. Conforme contrato entre as partes a Corredor Logística e Infraestrutura assumiu em 2020 dívidas de sua antiga Controladora após a conclusão da operação. O pagamento da dívida é dividido em 5 anos conforme descrito no instrumento de assunção de dívidas: (a) 4 janelas no ano de 2021 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (b) 4 janelas no ano de 2022 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (c) 4 janelas no ano de 2023 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (d) 4 janelas no ano de 2024 sendo nos meses de março e maio, julho e setembro; (e) 3 janelas no ano de 2025 sendo nos meses de março, maio e julho.

14. PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, à época da transação, a taxa obtida foi de 12% a.a. para controladora e para sua controlada foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.820	81.820
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	-	104.666
Apropriação de juros	10.336	11.500
Pagamento	(11.250)	(12.658)
Remensurações	8.532	8.532
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>89.438</u>	<u>193.860</u>
Apropriação de juros	5.419	12.672
Pagamento de principal	(897)	(2.458)
Pagamento de juros	(4.171)	(11.424)
Remensuração (Efeito da atualização anual pelo IPCA)	4.812	10.642
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>94.601</u>	<u>203.292</u>
Circulante	12.608	29.273
Não circulante	<u>81.993</u>	<u>174.019</u>
	<u>94.601</u>	<u>203.292</u>

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

Maturidade dos contratos		
Vencimento das prestações	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	6.436	15.328
2024	13.487	31.271
2025	13.804	31.588
2026 até o término do contrato	<u>153.257</u>	<u>335.544</u>
Valor não descontado	<u>186.984</u>	<u>413.731</u>
Juros embutido	<u>(92.383)</u>	<u>(210.439)</u>
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>94.601</u>	<u>203.292</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2023</u>	
Fluxo de caixa	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	413.732	203.292
PIS/COFINS potencial (9,25%)	38.270	18.805

Outras divulgações:

- Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 6,69% a.a. (B3) para Controladora e suas subsidiárias no Brasil.

	Controladora		Consolidado
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023
<u>Passivo de arrendamento</u>			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	94.601	89.439	203.292
Fluxo com projeção de inflação	100.140	92.095	215.195
Variação	<u>5.539</u>	<u>2.656</u>	<u>11.903</u>
<u>Direito de uso</u>			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	74.151	72.068	160.859
Fluxo com projeção de inflação	78.493	74.208	170.278
Variação	<u>4.342</u>	<u>2.140</u>	<u>9.419</u>
<u>Despesa financeira</u>			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	5.419	10.336	12.672
Fluxo com projeção de inflação	5.736	10.643	13.414
Variação	<u>317</u>	<u>307</u>	<u>742</u>
<u>Despesa de depreciação</u>			
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	2.729	5.121	6.092
Fluxo com projeção de inflação	2.889	5.273	6.449
Variação	<u>160</u>	<u>152</u>	<u>357</u>

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Salários e encargos	6.012	4.639	21.882	23.710
Obrigações trabalhistas	<u>6.012</u>	<u>4.639</u>	<u>21.822</u>	<u>23.710</u>
IRPJ/CSLL	-	-	3.872	42.446
ICMS	13	-	1.978	2.042
COFINS	-	-	1.683	82
ISS	680	727	4.051	2.417
Outros impostos a recolher	541	349	3.651	3.672
Obrigações tributárias	<u>1.234</u>	<u>1.076</u>	<u>15.235</u>	<u>50.659</u>
Total	<u>7.246</u>	<u>5.715</u>	<u>37.117</u>	<u>74.369</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.549)	(114.453)	(1.996)	14.220	22.308	(51.447)
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	9.027	38.914	679	(4.835)	(7.585)	17.492
Equivalência patrimonial	(4.487)	(14.349)	-	-	-	-
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	(37)	(37)	340	386
Amortização mais valia	(2.726)	(5.452)	-	-	(2.726)	(5.452)
Outras diferenças permanentes, líquidas	(11)	(11)	(5.934)	(63)	43	386
Crédito de imposto - não constituído ⁽¹⁾	(1.053)	(18.055)	-	-	(25.509)	(55.818)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	750	1.047	(5.293)	(4.935)	(35.437)	(43.006)
IRPJ/CSLL Corrente	-	-	(5.650)	(5.650)	(33.365)	(49.281)
IRPJ/CSLL Diferido	750	1.047	357	715	(2.072)	6.275
Total	750	1.047	(5.293)	(4.935)	(35.437)	(43.006)

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das intermediárias individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) para o imposto de renda e de 9% (nove por cento) para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	1.118
Provisão para participação nos resultados	229	343	2.732	4.045
Demais provisões ("demurrage", estadia, riscos e outras)	-	-	17.728	14.458
Passivo de arrendamento	6.953	5.906	14.427	12.767
Amortização de "Mais Valia" (oriunda aquisição EPSA)	-	-	3.580	-
Juros capitalizados	-	-	13.839	12.780
Outros	522	408	1.045	881
Tributos diferidos - Ativos	7.704	6.657	53.351	46.049
Diferenças temporárias:				
Ágio fiscal amortizado	-	-	(22.769)	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	(2.335)	(1.308)
Ganho Compra Vantajosa	-	-	(3.580)	(3.580)
Outros	(223)	(223)	(223)	(223)
Tributos diferidos - Passivos	-	(223)	(28.907)	(27.880)
Ativo fiscal diferido	7.481	6.434	24.444	21.749
Passivo fiscal diferido	-	-	-	(3.580)

A Companhia, aprovada pela Administração, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional até o limite de realização com base nas projeções de resultados tributáveis futuros.

Ademais, a Companhia possui créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os quais não estão sendo constituídos impostos diferidos pelo fato de não ter atendido às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Em 30 de junho de 2023 o total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecido é de R\$44.132, em 31 de dezembro de 2022 (R\$26.116). No consolidado, soma-se a este o saldo de (R\$128.971) advindo de sua controlada integral CLI Sul S.A., sendo, portanto, o montante total consolidado em 30 de junho de 2023 (R\$173.104), em 31 de dezembro de 2022 (R\$52.713).

O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

A CLI, a partir de janeiro de 2016, por meio de benefício tributário outorgado pela SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com base na Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, passou a ter o benefício da redução de 75% da base de cálculo do Imposto de Renda das atividades relacionadas a prestação de serviços portuários. Tal benefício tem duração até 2025.

Entretanto, a sociedade apurou prejuízo nos cálculos de lucro da exploração dos anos-calendário de 2021 e 2022, de forma que não houve incentivo a aproveitar ao final desses períodos.

17. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Debênture (a) e (b)/(ii) e (iii)	CDI + 3,50%/CDI + 3,20% a.a.	435.430	429.025	1.318.984	1.245.905
Custos de transação		(8.857)	(9.388)	(20.776)	(22.023)
Total		<u>426.573</u>	<u>419.637</u>	<u>1.298.208</u>	<u>1.223.882</u>
Circulante		<u>18.567</u>	<u>12.162</u>	<u>108.691</u>	<u>35.612</u>
Não circulante		<u>408.006</u>	<u>407.475</u>	<u>1.189.517</u>	<u>1.188.270</u>

A movimentação das debêntures, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	419.637	589.232	1.223.882	589.232
Captação	-	420.000	-	1.220.000
Custos apropriados	531	(9.619)	1.246	(22.254)
Juros Incorridos	34.643	59.615	101.318	76.495
Variação monetária e cambial	-	(10.977)	-	(10.977)
(-) Amortização da dívida (i)	-	(570.194)	-	(570.194)
(-) Juros Pagos	(28.238)	(58.420)	(28.238)	(58.420)
Saldo Final	<u>426.572</u>	<u>419.637</u>	<u>1.298.208</u>	<u>1.223.882</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 30 de junho de 2023 são como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
	30/06/2023	30/06/2023
2024	3.225	9.913
2025	20.026	58.715
2026	26.326	73.015
2027	43.126	145.815
2028 a 2031	315.303	902.058
Saldo Final	<u>408.006</u>	<u>1.189.517</u>

(a) Emissão debêntures

- (i) A primeira emissão de debêntures da CLI foi realizada em março de 2021 sendo integralmente liquidada em 14 de novembro de 2022 com os recursos oriundos da 2ª emissão de debêntures, conforme item (ii) abaixo, juntamente com recursos gerados pela operação.
- (ii) Em outubro de 2022, a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$420.000 (quatrocentos e vinte milhões de reais), totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, pagamento de dívidas bancárias e integralização de aumento de capital para pagamento de parte do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital social da Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 420 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031. A remuneração será paga semestralmente, sempre em abril e outubro de cada ano, sendo primeiro pagamento realizado em 10 de abril de 2023.
- (iii) Em outubro de 2022, a controlada direta, CLI Sul S.A., realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031. A remuneração será paga anualmente, sempre em outubro de cada ano sendo o primeiro pagamento em outubro de 2023.

No âmbito da 2ª emissão de debêntures da Companhia (“Emissora”), as obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, estão garantidas pelas ações da investida indireta EPSA, controlada pela CLI Sul (investida direta), equivalentes a 26,66%, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriundos de contrato de prestação de serviços.

No âmbito da 1ª emissão de debêntures da controlada direta, CLI Sul S.A. (“Emissora”), as obrigações de pagamento de principal, remuneração e encargos, estão garantidas pelas ações da EPSA, controlada direta da CLI Sul, equivalentes a 52% do capital social, bem como por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da EPSA oriundos de contrato de prestação de serviços.

(b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Os “covenants” associados a emissão de debêntures da Companhia e sua controlada CLI Sul estabelecem a manutenção de determinados indicadores financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, bem como indicadores não financeiros conforme cada contrato, conforme abaixo:

- (i) Segunda emissão de Debentures da Companhia tem a obrigação de manutenção da dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50, com base em suas demonstrações financeiras individuais.
- (ii) Primeira Emissão de Debênture da CLI Sul S.A, controlada direta, tem as seguintes obrigações, apurada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CLI Sul.
 - medição anual da Dívida Líquida/EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,50.
 - medição semestral do Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado, devendo ser menor de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (covenants financeiros) sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o semestral está adequadamente atendido em 30 de junho de 2023.

18. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demanda judiciais	
	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Tributárias	2.467	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	899	9.549
Trabalhistas	28.647	33.151
	<u>32.013</u>	<u>44.665</u>

	Depósitos judiciais	
	Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022
Tributárias	295	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.069	207
Trabalhistas	524	168
	<u>1.888</u>	<u>375</u>

Movimentação das provisões para demandas judiciais consolidadas:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundos de combinação de negócio	1.965	6.474	32.732	41.171
Adição de provisão	-	3.075	419	3.494
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.965	9.549	33.151	44.665
Adição de provisão	885	858	355	2.098
Reversão de provisão	(383)	(6.508)	(4.456)	(11.347)
Pagamento (i)	-	(3.000)	(403)	(3.403)
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>2.467</u>	<u>899</u>	<u>28.647</u>	<u>32.013</u>

(i) Desfecho de processos oriundos de combinação de negócios com reembolso de ativo indenizatório.

Perdas possíveis

Os processos com classificação de risco possível, com base na avaliação da Administração e seus consultores jurídicos, que não foram incluídos no passivo assumido da combinação de negócio, na Controladora, em 30 de junho de 2023 são no montante de R\$4.994 (31 de dezembro de 2022 – R\$0) e R\$4.997 no consolidado (31 de dezembro de 2022 – R\$0).

19. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS E CONVERSÍVEIS

As ações preferenciais resgatáveis e conversíveis em 30 de junho de 2023 é de R\$557.075 (R\$505.782 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e consolidado.

Estas ações preferenciais emitidas têm as seguintes características:

- **Prioridade no recebimento de Dividendos:** As Ações Preferenciais garantirão aos seus titulares a prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos anuais, calculados com base na variação positiva do índice de Preços ao Consumidor — Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice de inflação que o substituir ("IPCA"), acrescido de um spread de 10%(dez por cento) ao ano, incidentes sobre o valor nominal das Ações Preferenciais, sem direito a participar das distribuições do lucro remanescente da Companhia ("Dividendos Prioritários").
- **Prioridade no reembolso de capital:** as Ações Preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, seja decorrente de amortização das ações ou da liquidação da Companhia, sobre as Ações Ordinárias e quaisquer outras ações ou títulos com direito a voto emitidos pela Companhia.
- **Direito a Voto:** As Ações Preferenciais terão direito a voto restrito.

- Resgate: As Ações Preferenciais poderão ser resgatadas, a critério exclusivo da Companhia, após 14 de novembro de 2031, por um preço por ação igual ao valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos.
- Conversão em Ações Ordinárias: As ações preferenciais serão conversíveis em Ações Ordinárias após 14 de novembro de 2032, a critério dos titulares das Ações Preferenciais, observada a relação de troca obtida pela divisão (i) do valor nominal das Ações Preferenciais acrescido de quaisquer Dividendos Prioritários não pagos (calculados na forma da alínea anterior); (ii) pelo valor justo de mercado por Ação Ordinária da Companhia (que, para fins de tal cálculo, será atribuído exclusivamente às Ações Ordinárias).
- Exclusão de Direito de Preferência: As Ações Preferenciais não terão direito de preferência para participar de aumentos de capital da Companhia decorrentes da capitalização de lucros ou reservas.
- As ações preferenciais resgatáveis não constituem dívida para fins de cálculo de “covenants” financeiros.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social subscrito

Em 14 de novembro de 2022 a Companhia teve seu controle societário alterado, o Fundo Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia passou a integrar o seu quadro societário.

Na mesma data os seguintes atos societários foram aprovados pela Companhia:

- i) Aumento do capital social em R\$1 (um real), mediante a emissão de 123.826.009 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$4,49322295 cada, totalizando um preço de emissão total pelas ações ordinárias de R\$556.378 destinados à conta de reserva de capital, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data.
- ii) Aumento de capital social da Companhia em R\$505.782, passando de R\$210.822 para R\$716.604, mediante a emissão de 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada, totalizando o montante de R\$505.782, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas nesta data. Considerando a condição de resgate, as ações preferenciais foram classificadas como passivo financeiro (nota 19), sendo reclassificadas subsequentemente como capital social caso o detentor da ação utilize seu direito de conversão em ações ordinárias

As 69.259.983 ações de emissão da CLI anteriormente detidas pela Nova CLI no seu capital social foram atribuídas aos Fundos, na proporção de suas participações no capital social.

	30/06/2023				31/12/2022			
	Quantidade de ações e respectivo percentual (em unidades)							
	ON	%	PN	%	ON	%	PN	%
PE SOPP Fundo de Investimentos em Participações II Multiestratégia no Exterior	85.061.464	34%	-	0%	85.061.464	34%	-	0%
SOPP INFRA I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	38.764.545	16%	-	0%	38.764.545	16%	-	0%
Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	123.826.009	50%	11.239.603	100%	123.826.009	50%	11.239.603	100%
	<u>247.652.018</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>	<u>247.652.018</u>	<u>100%</u>	<u>11.239.603</u>	<u>100%</u>

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2023 está dividido em (a) 247.652.018 ações ordinárias sem valor nominal ('ON') e; (b) 11.239.603 ações preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$45,00 cada.

20.2. Reserva de Lucros

20.2.1. Reserva de retenção de lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (reserva legal, reserva de incentivos fiscais e dividendos) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

20.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

20.2.3. Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais em conformidade a Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, e deve ser reconstituída no primeiro lucro subsequente ou aumento de capital.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no período.

	Controladora			
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(25.799)	(113.406)	(7.289)	9.285
Média ponderada de ações para fins de cálculo de lucro básico por ação (milhares)	247.652	247.652	123.826	123.826
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Ações preferenciais resgatáveis (milhares) (*)	11.239	11.239	-	-
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas – Plano de opções de ações (milhares) (*)	2.972	2.972	-	-
Resultado básico por ação – R\$	(0,1042)	(0,4579)	(0,0589)	0,0750
Resultado diluído por ação – R\$	(0,0985)	(0,4331)	(0,0589)	0,0750

(*) Efeito antidilutivo que não afeta a apuração.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 6 e nº 19).

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Classificação por Categoria	Nível	Consolidado	
			30/06/2023	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	-	616.026	616.026
Contas a receber	Custo amortizado	-	68.921	68.921
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	14.745	14.745
Outros créditos	Custo amortizado	-	10.665	10.665
Total			<u>710.357</u>	<u>710.357</u>
Passivos				
Debêntures	Custo amortizado	-	1.298.208	1.429.350
Fornecedores	Custo amortizado	-	17.779	17.779
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	203.292	203.292
Partes relacionadas	Valor justo contra o resultado	Nível 2	139.597	139.597
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	20.623	20.623
Ações preferenciais	Valor justo contra o resultado	Nível 2	557.075	557.075
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	63.784	63.784
Total			<u>2.300.358</u>	<u>2.431.500</u>

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Para os títulos que os juros são pós-fixados (debêntures e caixa e equivalentes de caixa), o valor justo aproximam-se do custo amortizado. A Companhia não possui títulos com juros pré-fixados.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

22.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

22.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

22.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Controladora			30/06/2023			
Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	133.632	16.557	20.696	24.836
Subtotal			133.632	16.557	20.696	24.836
Passivos financeiros:						
Passivos com arrendamentos	IPCA	3,16%	94.601	4.608	5.760	6.912
Debêntures	CDI	13,65%	426.573	52.852	66.065	79.279
Subtotal			521.174	57.460	71.825	86.190
Total, líquido			(387.542)	(40.903)	(51.129)	(61.355)
Consolidado			30/06/2023			
Operação	Risco	Taxa	Valor contábil (Exposição)	Cenário Provável I	Cenário Provável II	Cenário Provável III
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	571.109	70.760	88.451	106.141
Subtotal			571.109	70.760	88.451	106.141
Passivos financeiros:						
Passivos com arrendamentos	IPCA	3,16%	203.292	9.902	12.377	14.853
Ações preferenciais resgatáveis	IPCA	3,16%	557.075	27.134	33.917	40.701
Debêntures	CDI	13,65%	1.298.208	160.848	201.060	241.272
Subtotal			2.068.575	197.884	247.355	296.826
Total, líquido			(1.487.466)	(127.123)	(158.904)	(190.685)

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Controladora	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 30/06/2023
Contas a pagar	3.980	-	-	3.980	-	3.980
Passivos com arrendamentos	13.152	13.662	160.171	186.985	92.384	94.601
Debêntures	18.567	73.550	746.600	838.717	412.144	426.573
Outras contas a pagar	7.669	12.482	-	20.151	-	20.151
Passivos financeiros	43.368	99.694	906.771	1.049.833	504.528	545.305

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 30/06/2023
Contas a pagar	17.779	-	-	17.779	-	17.779
Partes relacionadas	20.623	139.597	-	160.220	-	160.220
Passivos com arrendamentos	30.936	31.446	351.350	413.732	210.440	203.292
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	557.075	557.075	-	557.075
Debêntures	108.691	147.597	1.840.710	2.096.998	798.790	1.298.208
Outras contas a pagar	51.302	12.482	-	63.784	-	63.784
Passivos financeiros	229.31	331.122	2.749.135	3.309.588	1.009.230	2.300.358

c) Risco com taxa de câmbio

Em 30 de junho de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de conversão. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora 30/06/2023	Consolidado 30/06/2023
Ativo		
Caixas e equivalentes de caixa	13.253	39,295
Clientes estrangeiros	3.679	22.208
Total	16.932	61.503

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do período findo em 30 de junho de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora			
	4,8189	4,8640	3,6480	2,4320
Ativos em dólar	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
Caixas e equivalentes de caixa	2.750	123	(3.221)	(6.565)
Clientes estrangeiros	763	34	(894)	(1.822)
	3.513	157	(4.115)	(8.387)
	Consolidado			
	4,8189	4,8640	3,6480	2,4320
Ativos em dólar	Exposição US\$ mil	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
Caixas e equivalentes de caixa	8.154	365	(9.550)	(19.465)
Clientes estrangeiros	4.608	207	(5.397)	(11.001)
	12.762	572	(14.947)	(30.466)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 30 de junho de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$4,8640/ US\$1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$3,6480 / US\$1,00) e de 50% (R\$2,4320/ US\$1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

23. RECEITA OPERACIONAL

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Mercado Interno	11.136	17.228	18.436	20.572	106.657	175.725
Mercado Externo	56.590	79.773	56.414	72.256	158.476	248.933
Total de receita bruta	67.726	97.001	74.850	92.828	265.133	424.658
Impostos sobre serviços prestados e vendas	(3.417)	(5.444)	(3.841)	(5.461)	(18.145)	(29.595)
Total de receita líquida	64.309	91.557	71.036	87.367	246.988	395.063

24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Custos dos produtos vendidos						
Matérias-primas e produtos	(285)	(569)	(176)	(319)	(285)	(572)
Despesa com Pessoal	(1.799)	(3.549)	(2.122)	(3.779)	(1.799)	(3.549)
Custos portuários	(1.491)	(4.657)	(6.482)	(7.532)	(56.918)	(106.673)
Despesa com Prestação de Serviços	(1.912)	(3.650)	(1.622)	(3.016)	(1.909)	(3.645)
Parcela variável de Arrendamentos	(5.170)	(4.730)	(4.529)	(4.557)	(5.170)	(4.730)
Amortização/Depreciação	(12.415)	(24.872)	(11.878)	(23.851)	(28.103)	(57.409)
Total	(23.072)	(42.027)	(26.809)	(43.054)	(94.184)	(176.578)

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Despesas gerais e administrativas						
Despesa com Pessoal	(3.037)	(4.934)	(2.508)	(4.872)	(3.037)	(4.934)
Outros Custos	(287)	(452)	(80)	(353)	(287)	(452)
Despesa com Prestação de Serviços	(7.164)	(24.485)	(5.633)	(7.685)	(14.453)	(35.998)
Taxas e Impostos	(283)	(316)	(877)	(945)	(289)	(347)
Depreciação	(106)	(201)	(153)	(287)	(106)	(201)
Total	(10.877)	(30.388)	(9.251)	(14.142)	(18.172)	(41.932)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
Crédito de PIS/COFINS	31	106	16	82	31	106
Outras receitas operacionais	31	106	16	82	31	106
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	146	-	-
Amortização da mais valia	-	-	-	-	(24.646)	(48.198)
Efeito de atualização de passivo a pagar em combinação de negócios	-	-	-	-	(5.874)	(15.904)
Outras receita (despesas) (i)	20	(1.045)	15	24	(11.762)	(16.507)
Outras despesas operacionais	20	(1.045)	15	170	(42.282)	(80.609)
Total Outras receitas (despesas) operacionais	51	(939)	31	252	(42.251)	(80.503)

(i) Refere-se, substancialmente, ao montante de R\$11.918 referente ao contas a pagar reconhecido em favor da Raízen, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/01/2023 a 30/06/2023
<u>Receitas Financeiras</u>						
Receita sobre aplicação financeira	3.543	7.475	235	342	16.741	34.595
Descontos obtidos	-	-	-	1	-	-
Total das Receitas Financeiras	3.543	7.475	235	343	16.741	34.595
Juros sobre empréstimos obtidos	(16.871)	(35.174)	(13.745)	(26.443)	(51.571)	(102.564)
Juros apropriados de passivo de arrendamento	(2.706)	(5.419)	(2.579)	(5.168)	(6.352)	(12.672)
Juros sobre tributos	-	-	-	-	-	(4.974)
Encargos financeiros sobre ações preferenciais	(22.030)	(51.293)	-	-	(22.030)	(51.293)
Outras receitas (despesas) financeiras	(4.770)	(4.886)	(729)	(1.032)	(4.310)	(7.212)
Total das Despesas Financeiras	(46.337)	(96.772)	(17.053)	(32.643)	(84.263)	(178.715)
Variação Cambial Líquida	(926)	(1.152)	(20.185)	16.097	(2.551)	(3.377)
Total Resultado Financeiro	(43.760)	(90.449)	(37.003)	(16.203)	(70.073)	(147.497)

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas para movimentação e elevação portuária, bem como operação gestão logística e de armazenamento de grãos, que são divididas em duas concessões público-privadas distintas, o Terminal de Grãos do Maranhão ("Consortio Tegram-Itaqui - TEGRAM") e a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos (EPSA).

As operações da Companhia estão separadas geograficamente, sendo seus resultados avaliados pela Diretoria Executiva da Companhia de forma distinta.

Com este cenário, a Companhia concluiu que as informações preparadas e analisadas individualmente pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais de cada concessão - responsável pela alocação de recursos e avaliação de desempenho das mesmas - considera a seguintes informações financeiras de seus dois segmentos operacionais:

- Operação Norte.
- Operação Sul.

O principal tomador de decisões de cada operação da Companhia não analisa determinadas contas patrimoniais segregadas por segmento operacional. Desta forma, essas informações segmentadas não estão sendo apresentadas.

A principal métrica de desempenho avaliado pela Companhia para gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA. O EBITDA é definido como o lucro/(prejuízo) mais depreciação, amortização, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquida) impostos sobre o Lucro.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos e à distribuição geográfica das operações da Companhia para 30 de junho de 2023. O período comparativo de 6 meses findo em 30 de Junho de 2022 não é aplicável:

	30/06/2023						
	Reconciliação ao prejuízo líquido do período						
	Receita Líquida(*)	Custo dos serviços prestados(*)	Desempenho avaliado pela Companhia(*)	Depreciação/amortização	Resultado Financeiro Líquido	Impostos sobre Lucro	Prejuízo
Operação Norte	91.557	(42.027)	43.276	(25.073)	(90.449)	1.047	(71.199)
Operação Sul (i)	303.506	(134.551)	158.582	(80.735)	(57.048)	(44.053)	(23.254)
Consolidado	395.063	(176.578)	201.858	(105.808)	(147.497)	(43.006)	(94.453)

(*) Informações revisadas pela Diretoria Executiva.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2023 e de 30 de junho de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Itens não caixa	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
Reajuste contratual Arrendamento	4.812	-	10.642	-
Reconhecimento de dividendos não recebidos	3.660	-	-	-

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 9 de agosto de 2023, a Companhia obteve o registro na Categoria B da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2023 e autorizadas para publicação em 10 de agosto de 2023.